

A DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL DE 1968: Propostas e Problemas

Paulo Pedro Perides^(*)

Este artigo constitui a segunda parte de um trabalho em que se tenta discutir criticamente as duas divisões regionais do Brasil adotadas oficialmente pelo governo brasileiro: a divisão regional que data de 1945 e a divisão regional instituída no final dos anos sessenta, que substituiu a anterior.

A primeira parte desse trabalho, em que se analisou a divisão regional de 1945, foi publicada na Revista Orientação nº 9 do DG (Perides, 1992). No presente artigo, como conclusão, será analisada a divisão regional implementada em 1968, e definida com base em novos conceitos de região e de regionalização.

I

De acordo com certos trabalhos publicados nos fins dos anos 60 (Galvão e Faissol, 1969; Cardoso, 1971; IBG, 1968; IBG, 1970, Silva, 1970), os argumentos utilizados para o estabelecimento de uma nova divisão regional do Brasil, em substituição à divisão de 1945 teriam sido basicamente três.

- a) a evolução ocorrida no conceito de região em Geografia, que permitiria uma apreensão mais correta das realidades regionais brasileiras;
- b) a divisão anterior com base nas regiões naturais não forneceriam quadros territoriais apropriados que pudessem ser utilizados pelas políticas de planejamento e de desenvolvimento que se intensificaram a partir de fins dos anos 50.
- c) o fato de terem evoluído consideravelmente os conhecimentos adquiridos sobre o território brasileiro, e também o fato de terem ocorrido nele grandes transformações vinculadas aos processos de industrialização e urbanização, que a divisão de 1945 não conseguia apreender.

Achamos que essa forma de argumentação obscurece o entendimento de certos aspectos significativos, cuja compreensão consideramos essencial para uma melhor apreensão do tema em questão.

Os dois primeiros argumentos apresentados não devem ser considerados como dissociados, já que representaram, na realidade, diferentes facetas de um mesmo processo político e científico, ligado à um determinado momento histórico do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Durante os anos das décadas de 50 e 60 aumentaram as preocupações, inicialmente por parte das ciências econômicas, com os problemas do desenvolvimento econômico com base no espaço regional, cujas origens podem ser localizadas nos movimentos de recuperação econômica dos países europeus no após segunda guerra mundial.

Intensificaram-se naquelas duas décadas os estudos sobre a desigualdade espacial do desenvolvimento econômico. Inúmeras teorias sobre o desenvolvimento regional foram sendo elaboradas, como as de Perroux, Boudeville, Hirschman, Friedman, que além de representarem tentativas para melhor apreender e explicar as referidas desigualdades, serviram também de fundamento para inúmeros planos de desenvolvimento regional. O planejamento regional passou a ser encarado como o veículo através do qual tentar-se-ia combater as referidas desigualdades. O conceito "centro-periferia" foi largamente utilizado e serviu de base para muitos planos de desenvolvimento regional que foram aplicados nos países do terceiro mundo, em particular na América Latina. O Estado passou a assumir na vida nacional um papel cada vez mais significativo e decisivo.

(*) Professor Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP.

A ciência geográfica não ficou imune a essas novas tendências e ao contrário, delas participou ao mesmo tempo em que ocorria um forte movimento de renovação nessa ciência, consubstanciado em novas e diferenciadas propostas, definidas em termos de novos métodos de interpretação e na definição de novos objetos de estudos. Um fato em comum com a maior parte dessas novas propostas foi o seu aspecto mais claramente utilitarista, no sentido de sua vinculação maior ou menor às chamadas políticas de desenvolvimento, ao planejamento econômico e territorial acima referidos. Tratava-se enfim das novas funções que a Geografia, passaria a ter, quer fosse ela chamada de "Geografia Aplicada", "Geografia Ativa", "Nova Geografia", e assim por diante.

Os conceitos de região e regionalização propostos por essas diferentes geografias, em que pese as diferenças teórico-metodológicas que poderiam existir entre elas, foram bastante influenciadas pelas teorias econômicas de desenvolvimento regional acima referidas. Assim o espaço regional passou a ser analisado dualisticamente em termos de espaços uniformes e de espaços funcionais. Com base nesses dois tipos de espaços definiu-se um terceiro tipo inspirado nas "regiões plano" de Perroux: um espaço enquanto conteúdo de um plano, um espaço cujas partes são submetidas à uma só decisão.

Um dos aspectos marcantes dessas novas abordagens conceituais foi a íntima relação que se estabeleceu entre o conceito de região e o planejamento regional, ou seja, as noções de divisão regional e de região passaram a ser fortemente concebidas em função de sua aplicabilidade às necessidades do planejamento. É bem verdade que a institucionalização de uma divisão regional sempre visa oferecer quadros territoriais para determinadas ações, em princípio por parte do Estado, como já tinha ocorrido com a divisão regional do Brasil de 1945. Porém agora, mais do que nunca, a noção de região transformou-se num poderoso instrumento a serviço das novas funções que o Estado passou a desempenhar na vida nacional.

A própria expressão regionalização passou a ser utilizada cada vez mais como uma divisão do espaço visando uma aplicação prática, uma finalidade específica. Ou seja, a expressão regionalização passou a ser associada à noção de "organização voluntária" do espaço, ba-

sicamente entendida como a intervenção do Estado (Labasse, 1973:16), e não à noção de "organização espontânea", ligada a uma "Geografia Liberal"; não seria suficiente analisar e reconhecer a existência de unidades regionais, de como o espaço regional se encontraria organizado. A sua preocupação passou a ser menos acadêmica e mais política, pragmática.

Assim os dois primeiros argumentos utilizados para o estabelecimento de uma nova divisão regional do Brasil devem ser interpretados a partir do quadro que esquematicamente acima apresentamos, vinculado, no fundo, às necessidades de expansão e de reprodução do capitalismo em sua fase monopolista do pós-guerra. Um momento histórico em que o planejamento, pelo menos para os países do terceiro mundo, passou a ser considerado como uma panacéia para as questões regionais.

No caso específico do Brasil as políticas de desenvolvimento e de planejamento regionais promovidas pelo governo durante os anos 50 e 60 estiveram ligadas ao combate do impropriamente chamado "desequilíbrios regionais", que teriam sido gerados, ou acentuados, pela maneira como estava se dando o processo de integração da economia e do território nacionais. Nessas décadas o debate político sobre a questão regional assumiu grandes proporções, ganhando destaque a questão nordestina.

No caso do terceiro argumento utilizado para a implementação de uma nova divisão regional do Brasil - a divisão de 1945 teria se tornado superada ante as grandes transformações que ocorriam no território nacional, resultantes do crescente processo de industrialização e de urbanização de nossa economia - o mesmo deve ser encarado com algumas restrições, pelo menos quando aplicado ao nível das "macro-regiões".

É bem verdade que a divisão regional do Brasil de 1945, elaborada com base nas chamadas "regiões naturais", não dava conta das transformações acima referidas, mas o fato é que ela nunca pretendeu, e bem poderia apreender tais mudanças. Isso não só pelo próprio conceito regional utilizado, como também pelos objetivos de se ter utilizado esse conceito regional, como tentamos mostrar no artigo anterior já referido. Esse terceiro argumento é procedente apenas quando

considerado no nível das antigas zonas fisiográficas, já que algumas delas tinham realmente perdido a homogeneidade que possuíam, ante as transformações que ocorreram em certas porções do território nacional. No caso, tornava-se procedente o argumento de se redefinir essas zonas fisiográficas instituídas em 1945, visando definir novos conjuntos de municípios que apresentassem a referida homogeneidade, para servir como base para agrupamentos de dados estatísticos.

II

Ao se decidir, durante os anos 60, realizar uma nova divisão regional do Brasil, as considerações acima feitas sobre as diferentes maneiras de se abordar a Região (a região uniforme, funcional e plano), e sobre a íntima relação que se estabeleceu entre o conceito de região e o planejamento regional, tiveram como resultado a constatação de que não seria suficiente definir e implementar uma única divisão regional para o Brasil, como havia ocorrido com a divisão de 1945, ou seja, uma única divisão para diferentes finalidades. A participação do Estado na vida nacional teria se ampliado e se diversificado; a modernidade do Estado nacional acompanhado de suas inúmeras formas de intervenção teria estimulado divisões regionais específicas considerando-se os diferentes objetivos da intervenção. Por outro lado, já o vimos, o termo "regionalização" passou a ser utilizado no sentido de se obter divisões específicas do espaço, definidas em função de seu objetivo. As bases para essas divisões regionais específicas foram dadas pelas três diferentes maneiras de se abordar a região.

Assim a nova divisão regional do Brasil implicou em três divisões, que representaram diferentes "modelos" de divisões regionais, visando cada uma delas oferecer quadros territoriais que melhor se ajustassem às diferentes formas de intervenção por parte do Estado, tendo assim cada uma delas finalidades específicas.

A primeira dessas divisões utilizou o critério de homogeneidade, o que resultou na divisão do Brasil em regiões homogêneas (uniformes). Esse primeiro modelo de divisão regional tinha como objetivo, à imagem da divisão de 1945, fornecer novos quadros territoriais, que deveriam ser mais apropriados, para o agrupamento de dados estatísticos, para o ensino da Geografia e até mesmo para a regionalização da ação do governo.

Posteriormente foi definida uma segunda divisão regional do Brasil que utilizou como critério a vida de relações; com base nas áreas de influência urbana e na hierarquia urbana estabeleceu-se a divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas (IBG, 1972). Essa divisão tinha como finalidade básica fornecer um modelo de divisão regional que fosse o mais apropriado à política de descentralização administrativa; "oferecer aos planejadores, no que concerne à organização e regionalização do espaço brasileiro, novos subsídios válidos para as políticas de desenvolvimento local, regional e nacional" (IBG/IBGE, 1972:7). Mais ainda: "A divisão regional ora apresentada define um sistema hierarquizado de divisões territoriais e de cidades que pode servir de modelo tanto para uma política regionalizada de desenvolvimento, como para orientar a racionalização no suprimento dos serviços de infra-estrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada. No campo administrativo pode servir de modelo para aperfeiçoar a máquina administrativa, eliminando a excessiva centralização executiva e introduzindo critérios racionais de localização dos investimentos e das atividades setoriais dos governos estaduais e federal. Poderá contribuir, assim, para que a atividade da administração pública aumente sua racionalidade através de uma organização territorial, tanto na programação das atividades correntes como na programação dos investimentos necessários à ampliação dessas atividades" (IBE/IBGE, 1972:9).

Uma terceira divisão regional tentaria combinar os critérios de homogeneidade e de vida de relações, visando determinar um modelo regional brasileiro que pudesse servir para fins de planejamento, oferecendo subsídios para a política de desenvolvimento regional. Corresponderia às chamadas "regiões de planejamento", que teria por objetivo definir áreas para a implementação de certos órgãos de desenvolvimento regional tais como superintendências de desenvolvimento, órgãos de planejamento regional em áreas menores (Codevasp, Sudevasf), projetos de desenvolvimento (Prodepan, Prodegrand, Prodepar). Um problema para a definição desse terceiro tipo de modelo regional prendia-se a definição da própria natureza desse tipo de região de planejamento: se resultante de uma efetiva associação dos critérios de homogeneidade e de vida de relações, ou se o uso alternado desses dois critérios, que

seriam, em princípio, excludentes. (Galvão, Faissol, 1969).

Não pretendemos aqui discutir as contradições e as limitações internas a essas propostas. Queremos apenas enfatizar, por ora, que essas três divisões regionais refletiam um processo de regionalização concebido em função de sua aplicação prática, de finalidades específicas; divisões regionais destinadas a serem institucionalizadas, e de servirem como base territorial para a prática de determinadas políticas territoriais por parte do governo.

III

Trataremos a seguir, de modo particular, da divisão do Brasil em regiões homogêneas em virtude de ter sido aquela que esteve mais relacionada com o ensino da Geografia e, portanto, mais voltada aos objetivos desse artigo.

Na nova divisão regional do Brasil em regiões homogêneas foram definidos inicialmente dois níveis hierárquicos básicos: o nível mais baixo das micro-regiões homogêneas definidas para fins estatísticos, e o nível mais alto das macro-regiões homogêneas que além de representarem um referencial territorial para a administração pública, tinha também finalidades voltadas ao ensino.

As micro-regiões homogêneas são constituídas por um certo número de municípios que apresentam características de homogeneidade em comum. Definidas como "formas de organização em torno da produção", a homogeneidade seria expressa por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos. "Foram individualizadas áreas que se identificam por certa forma de combinações de elementos geográficos, sempre dentro de um determinado nível de generalização; desde que mudava substancialmente um dos elementos, mudava a combinação e passava-se outra unidade. Naturalmente quanto menor o grau de generalização e maior o número de elementos geográficos considerados, menores e mais numerosos foram os espaços diferenciados" (IBE/IBGE, 1970). As micro-regiões homogêneas substituíram as antigas "zonas fisiográficas" de 1945 e, nesse sentido, constituíram as unidades estatísticas com base nas quais seriam agrupados os dados estatísticos. Os

dados municipais coletados no recenseamento de 1970 já foram agrupados com base nas novas micro-regiões homogêneas.

No caso das macro-regiões homogêneas o sentido da homogeneidade foi, em princípio, semelhante ao da divisão de 1945, mas os critérios, ante o conceito de região homogênea utilizado, não foram mais os naturais; as características de homogeneidade da região foram definidas pela combinação de aspectos naturais, sociais e econômicos, que nesse sentido não diferia muito das antigas "regiões geográficas" vidalianas, concretizada numa "paisagem" criada pelo homem.

Assim as novas macro-regiões homogêneas do Brasil apresentavam diferenças em relação à divisão regional de 1945, que foi estabelecida com base nas regiões naturais.

Os estados de Sergipe e Bahia, que na divisão de 1945 pertenciam à antiga Região Leste, foram anexados à Região Nordeste, que se "esvaziou" assim de suas características de região natural, definindo-se agora, de modo mais nítido, em termos de uma unidade espacial individualizada mais por processos sociais; passou a se configurar como um "bloco histórico", que num certo grau de generalização apresentaria uma certa uniformidade em sua estrutura social, econômica e política, desempenhando novas funções com a intensificação do processo de integração da economia nacional e com a decorrente mudança na divisão territorial do trabalho.

A "nova" Região Sul, composta agora por apenas três estados, perdeu também a sua unidade apoiada nos dados do quadro natural, tal como foi definida em 1945 quando dela fazia parte o estado de São Paulo. A ausência de uma economia exportadora com base na monoprodução escravista, as especificidades no seu processo de colonização européia, a pecuária nas áreas de campo, seu recente papel de "celeiro nacional", são algumas características que lhe dariam agora uma certa homogeneidade de natureza social e econômica.

A Região Sudeste, inexistente na divisão de 1945, mesmo porque ela não se define como região natural, foi criada. Sua individualidade seria marcadamente de origem social, consubstanciada em inúmeros aspectos vinculados, em última instância, ao intenso processo de

industrialização e urbanização que nela se tem verificado.

As regiões Norte e Centro-Oeste não sofreram alterações em relação à divisão regional de 1945, sugerindo que, como na divisão anterior, essas duas regiões teriam sido definidas com base na "homogeneidade de dados naturais", dominantes ainda nos anos 60. Mas não devemos nos esquecer que essas duas regiões se definiam na referida década também como novas "regiões de fronteira", onde a expansão das "frentes pioneiras" dava-se em resposta à novas demandas do mercado interno, tornando-se assim objeto de inúmeras formas de intervenção.

Como na divisão de 1945, e pelas mesmas razões, os limites dessas regiões homogêneas foram adaptados aos limites político-administrativos estaduais, do que resultou, igualmente, uma imprecisão da delimitação das "reais" macro-regiões homogêneas do Brasil. Vários exemplos poderiam ser lembrados: o norte do Paraná, mais relacionado com o Sudeste; o norte de Minas Gerais, mais relacionado com o Nordeste, o norte de Mato Grosso e Goiás, mais relacionados com a Região Norte, e assim por diante.

Define-se assim uma nova divisão regional do Brasil em grandes regiões homogêneas que deveria, a partir de então, oficialmente, servir de "modelo" para o ensino da Geografia nas escolas de diferentes níveis do Brasil, particularmente no estudo das regiões brasileiras.

Queremos levantar alguns problemas com relação a essa nova proposta regional adotada para o ensino da Geografia.

Um primeiro refere-se ao próprio fato de se adotar oficialmente as macro-regiões homogêneas como base para os estudos das regiões brasileiras nas escolas do país.

Nesse sentido torna-se importante considerar que as primeiras discussões sobre os novos significados de região que deveriam fundamentar a implantação de uma nova divisão regional do Brasil nos anos 60, foram basicamente orientadas pelas novas propostas de abordagem regional sugeridas principalmente por geógrafos

franceses que tiveram em Pierre George, Bernard Kaisser, Michel Rochefort, alguns de seus principais teóricos.

A presença pessoal desses geógrafos no Brasil, participando de palestras, seminários, pesquisas, inclusive no Conselho Nacional de Geografia, fermentou em muito o debate sobre o problema regional. É sugestiva, como ilustração, a afirmação que consta da Introdução da "Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas": "a elaboração dos trabalhos seguiu inicialmente a orientação metodológica prestada pelo Prof. Michel Rochefort, durante uma série de seminários realizados em 1966". Além do mais muitos dos artigos escritos pelos geógrafos do então C.N.G. refletiam uma nítida influência dos referidos geógrafos franceses. Não pretendemos aqui discutir criticamente essas propostas, mas tratá-las apenas num certo sentido.

Apesar do dualismo implícito nessas propostas, no sentido de se abordar o espaço em termos de homogeneidade e polarização, consideramos que os espaços homogêneos representavam para esses autores apenas uma faceta da organização do espaço regional; a outra faceta seria representada, evidentemente pelo espaço funcional.

Ou seja, mesmo considerada como contraditória em função do referido dualismo, a idéia de totalidade espacial, envolvendo no caso espaços homogêneos e funcionais, está presente nos trabalhos dos referidos autores, que chegam inclusive a enfatizar esse aspecto. A valorização maior ou menor que eles dão ou a homogeneidade ou a vida de relações na organização regional de um determinado espaço é uma evidência dessa afirmação. Esses autores, repetimos, teriam fornecido os primeiros referenciais teóricos para o estabelecimento da nova divisão regional do Brasil.

Assim, a análise da organização regional do espaço brasileiro, considerada numa visão globalizante implicaria para essa geografia, pelo menos para fins de ensino, numa análise integrada dos aspectos de homogeneidade e de vida de relações em termos de "espaços organizados pela sociedade", com todos os seus pressupostos e decorrências, do que resultaria, evidentemente, uma abordagem regional mais consequente com as propostas da referida geografia.

Trabalhos nesse sentido, aplicados ao Brasil, já eram feitos na época. Podemos citar como exemplo o importante artigo de Geiger (1966), onde o reconhecimento de três grandes conjuntos territoriais, o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia, independentemente da adaptação desses limites aos limites administrativos estaduais, representava um rico caminho para a análise integrada do espaço regional brasileiro, associando ao mesmo tempo os aspectos de homogeneidade e de funcionalidade.

Mas ao se propor oficialmente para o ensino da Geografia uma nova divisão regional, optou-se por se definir as regiões homogêneas como o tipo de região que deveria servir de "modelo" para o ensino das regiões do Brasil. Por mais procedentes que possam ter sido os argumentos apresentados na defesa dessa opção, não se pode deixar de reconhecer, de início, que ela representou apenas uma análise parcial da realidade regional.

Essa opção pode ser em grande parte explicada pelo simples fato da nova divisão regional do Brasil ter sido, na realidade, elaborada com bases metodológicas fornecidas pela chamada "nova geografia" que teve, a partir dos fins dos anos 60 grande penetração no IBGE e no CNG, acabando por prevalecer entre grande parte dos geógrafos dessas instituições, fato que não pode ser desvinculado do governo autoritário e centralizador então no poder. Assim, a proposta dos geógrafos franceses, que teve grande influência nas primeiras discussões feitas no C.N.G. sobre a nova divisão regional do Brasil, foi superada pelas propostas teóricas ligadas à "nova geografia".

Baseada numa postura neopositivista e utilizando um instrumental de análise sofisticado e "tecnificado" (modelos matemáticos, linguagem estatística, etc.), a "nova geografia" correspondeu à uma geografia pragmática, fortemente utilitarista, a serviço do planejamento. Tornou-se conhecida também como "geografia quantitativa" ou "geografia teórica". Foi ela, repetimos, que acabou por normatizar metodologicamente a nova divisão regional do Brasil, o que pode ser constatado pela metodologia e técnicas utilizadas na elaboração da "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas".

Consideramos sugestiva a afirmação feita, nesse sentido por Andrade: "No Brasil, a geografia teórica-

quantitativa teve difusão nos fins da década de 60 e primeiro período na de 70, quando o Governo militar estava consolidado e procurava integrar a economia brasileira, como dependente, à economia mundial, e projetava, de forma linear, um crescimento da economia brasileira que a levaria, segundo propaganda, a colocar o país entre as grandes potências. Para isto o governo acionou a Fundação IBGE que dispunha de ricas informações estatísticas e de um corpo de geógrafos que, em parte, apoiou a utilização de novos métodos. Desprezaram a orientação francesa, até então dominante, enviaram geógrafos para fazer a pós-graduação nos Estados Unidos, promoveram a vinda de americanos e ingleses para ministrar cursos e seminários no Brasil e, através de livros, como o de Cole, já citado, e da Revista Brasileira de Geografia, divulgaram os novos métodos e técnicas". (Andrade, 1987:109).

Apesar dos pontos de convergência que existem entre essas duas "correntes" geográficas com relação ao problema regional, há entre elas significativas diferenças como, por exemplo, aquelas referentes ao próprio significado e à natureza da região e da regionalização.

A "nova geografia" reafirmou a abordagem dualística de espaço e da região em termos de homogeneidade e de vida de relação, mas acentuou teoricamente o antagonismo entre essas duas abordagens, dificultando uma análise integrada do espaço. Para ela as regiões homogêneas e funcionais corresponderiam a dois critérios que seriam em princípio excludentes, "pois dizem respeito a fenômenos que se comportam, cada um deles, com espacialidade própria (Lobato, 1986:34); "essas duas formas coexistem, porém são inconciliáveis" (Galvão e Faisol, 1969:189).

Isso quer dizer que a unidade poderia ser definida ou em termos de suas características de homogeneidade, ou em termos de suas características de vida de relação. A unidade espacial definida pela articulação das duas características se configuraria para a "nova geografia" como problemática, mais de ordem "técnica", de como operacionalizar tal articulação. Essa perspectiva dicotomizada da "nova geografia" fez com que se perdesse a idéia da totalidade espacial que existia em nossa opinião, ainda que contraditoriamente, nas propostas dos geógrafos franceses ligados à chamada "Geografia Ativa".

Portanto, ao se considerar o espaço homogêneo e o espaço funcional como formas antagônicas e excluídas, a nova divisão regional do Brasil para fins de ensino deveria se apoiar ou num, ou noutro critério. A escolha das regiões homogêneas se configurou como a menos problemática para servir de "modelo" para fins de ensino da Geografia. Isso, em parte, pelas semelhanças que apresentava com relação à divisão regional oficial até então em vigor, no sentido da divisão de 1945 ter sido também definida com base nas características de homogeneidade, ainda que de ordem natural.

Essa constatação ajuda a entender porque a simples adoção das novas regiões homogêneas para o ensino da Geografia, em substituição à divisão anterior baseada nas "regiões naturais", acabou representando, na prática do ensino da Geografia, apenas uma mudança na "forma" das regiões, ou seja, na relação de estados que passaram a constituir cada uma das novas grandes regiões. Isso porque o "tratamento" dado aos estudos das novas regiões nas escolas do Brasil continuou a ser basicamente o mesmo que vinha sendo dado até então: o primeiro grande item no estudo de cada região continuou a ser o referente aos seus aspectos naturais, seguido pelo estudo dos aspectos humanos e, por fim, das atividades econômicas. Portanto, de modo confuso, e por que não dizer ilógico, continuou a predominar um "tratamento" ecológico e possibilista de origem vidaliana para uma "forma" (a região) definida por outros referenciais teóricos. Essas constatações estão evidenciadas nos índices e nos conteúdos da quase totalidade dos livros didáticos que continuaram a ser publicados após a adoção oficial da nova divisão do Brasil em regiões homogêneas.

A adoção oficial da nova divisão regional para o estudo das regiões brasileiras nas escolas do país, não trouxe em seu bojo o como abordá-las, não esclareceu sobre o significado e a natureza dessa proposta regional da "nova geografia". Afinal o conceito de região em Geografia, considerado como objeto cientificamente construído, pode apresentar diferentes significados e naturezas considerando-se os referenciais teórico-metodológico utilizados. "Conteúdo" e "continente" se complementam.

Na verdade a "nova geografia" pouco ou nada tinha a dizer em termos de ensino da Geografia, enquan-

to disciplina voltada à educação, nas escolas do primeiro e segundo graus do Brasil. Afinal ela nasceu e se desenvolveu para atender aos interesses e necessidades do capital e não do ensino.

Tudo demonstra que as preocupações maiores na elaboração da nova divisão regional do Brasil não estiveram voltadas para aquela que fosse a mais apropriada para fins educacionais, por mais que essa afirmativa tenha sido enfatizada. Ao contrário, ela foi basicamente concebida em função de sua aplicabilidade prática: para a aplicação de um plano, para localização de investimentos, para aplicação de uma determinada política, etc. etc. Para tanto o uso dos conceitos de região homogênea ou de região funcional tornaram-se úteis já que teriam representado bases territoriais adequadas àquelas intervenções. Ou seja, uma divisão regional a serviço de uma política territorial determinada, em última instância, pela expansão e reprodução do capitalismo no Brasil na sua fase monopolista.

Resta a impressão que a regionalização do Brasil para fins de ensino veio a "reboque", como decorrência daqueles objetivos tidos como mais importantes e essenciais para o Estado centralizador e totalitário dos anos 60.

RESUMO

Esse artigo representa a segunda parte de um trabalho no qual analisamos as duas primeiras divisões regionais implementadas oficialmente pelo governo federal: as divisões de 1945 e de 1968.

Essa análise fundamentou-se nos seguintes pressupostos: - que o conceito de região em Geografia pode apresentar diferentes significados e naturezas considerando-se os referenciais teórico-metodológicos utilizados; - que cada conceito de região, como objeto construído, está carregado de intencionalidade ideológica, e devem ser interpretados em função das condições históricas em que foram elaborados; - que o conceito de região tem sido elaborado e utilizado como um instrumento de ação a serviço de determinados interesses.

Com base nesses três referenciais analisamos na primeira parte do artigo a problemática da implementação da divisão de 1968 e, na segunda parte, a divisão em si. Na terceira parte tratamos de alguns problemas decorrentes da adoção das "novas" macro regiões homogêneas como base para o ensino da Geografia nas escolas do Brasil.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANDRADE, M. Correia de. Geografia, Ciência da Sociedade, Atlas, São Paulo, 1987.
- GALVÃO, M.V. e FAISOL, S. Divisão Regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Ano 31, nº 4, IBG/IBGE, Rio de Janeiro, 1969.
- CARDOZO, M.F.T.C. A nova divisão regional do Brasil. Curso para professores de Geografia, IBG, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1971.
- GEIGER, P.P. Organização Regional do Brasil. Revista Geográfica, nº 61, tomo XXXIII, IPGH, Rio de Janeiro, 1964.
- IBG – Fundação IBGE. Exposição de Motivos para a Fixação dos Quadros das Grandes Regiões, Rio de Janeiro, 1968.
- IBG – Fundação IBGE. Divisão do Brasil em Micro Regiões Homogêneas 1968, Rio de Janeiro, 1970.
- IBG – Fundação IBGE. Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, Rio de Janeiro, 1972.
- LABATO CORREA, Roberto. Região e Organização Espacial. Ed. Ática, São Paulo, 1986.
- SILVA, Hilda. Brasil – Divisão Regional, Curso para professores de Geografia, IBG, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1970.
- PERIDES, P.P. A Divisão Regional do Brasil de 1945, Realidade e Método. Revista Orientação nº 9, Departamento de Geografia, USP, 1992.